

A circular fresco depicting a man in a white robe holding a lamb, with another man and a dog below.

CURSO

De
aprofundamento
do Catecismo da
Igreja Católica

*Roteiro da semana para
estudo*

ALTIEREZ DOS SANTOS
CATEQUISTA EM MISSÃO

CONSTITUIÇÃO APOSTÓLICA
DO SUMO PONTÍFICE JOÃO PAULO II
FIDEI DEPOSITUM
PARA A PUBLICAÇÃO
DO CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA
REDIGIDO DEPOIS DO CONCÍLIO VATICANO II

*Aos veneráveis Irmãos Cardeais,
Arcebispos, Bispos, Presbíteros,
Diáconos e a todos os membros do Povo de Deus*

I. INTRODUÇÃO

Guardar o Depósito da Fé é missão que o Senhor confiou à sua Igreja e que ela cumpre em todos os tempos. O Concílio Ecumênico Vaticano II, inaugurado há trinta anos pelo meu predecessor João XXIII, de feliz memória, tinha como intenção e como finalidade pôr em evidência a missão apostólica e pastoral da Igreja, e, fazendo resplandecer a verdade do Evangelho, levar todos os homens a procurarem e acolherem o amor de Cristo que excede toda a ciência (cf. *Ef3,19*).

Ao Concílio, o Papa João XXIII tinha confiado como tarefa principal guardar e apresentar melhor o precioso depósito da doutrina cristã, para o tornar mais acessível aos fiéis de Cristo e a todos os homens de boa vontade. Portanto, o Concílio não devia, em primeiro lugar, condenar os erros da época, mas sobretudo empenhar-se por mostrar serenamente a força e a beleza da doutrina da fé. "Iluminada pela luz deste Concílio - dizia o Papa - a Igreja... crescerá em riquezas espirituais... e, recebendo a força de novas energias, olhará intrépida para o futuro... É nosso dever... dedicar-nos, com vontade pronta e sem temor, àquele trabalho que o nosso tempo exige, prosseguindo assim o caminho que a Igreja percorre há vinte séculos" [1].

Com a ajuda de Deus, os Padres conciliares puderam elaborar, em quatro anos de trabalho, um conjunto considerável de exposições doutrinárias e de diretrizes pastorais oferecidas a toda a Igreja. Pastores e fiéis encontram ali orientações para aquela "renovação de pensamentos, de atividades, de costumes, e de força moral, de alegria e de esperança, que foi o objetivo do Concílio" [2].

Depois da sua conclusão, o Concílio não cessou de inspirar a vida da Igreja. Em 1985 pude afirmar: "Para mim - que tive a graça especial de nele participar e colaborar no seu desenvolvimento - o Vaticano II foi sempre, e é de modo particular nestes anos do meu Pontificado, o constante ponto de referência de toda a minha ação pastoral, no consciente empenho de traduzir as suas diretrizes em aplicação concreta e fiel, a nível de cada Igreja e da Igreja inteira. É preciso incessantemente recomeçar daquela fonte" [3].

Neste espírito, a 25 de janeiro de 1985, convoquei uma Assembleia Extraordinária do Sínodo dos Bispos, por ocasião do vigésimo aniversário do encerramento do Concílio. A finalidade desta Assembleia era celebrar as graças e os frutos espirituais do Concílio Vaticano II, aprofundar o seu ensinamento para aderir melhor a ele e promover o conhecimento e a aplicação do mesmo.

Nessa ocasião, os Padres sinodais afirmaram: "Muitíssimos expressaram o desejo de que seja composto um Catecismo ou compêndio de toda a doutrina católica, tanto em matéria de fé como de moral, para que ele seja como um ponto de referência para os catecismos ou compêndios que venham a ser preparados nas diversas regiões. A apresentação da doutrina deve ser bíblica e litúrgica, oferecendo ao mesmo tempo uma doutrina sã e adaptada à vida atual dos cristãos" [4]. Depois do encerramento do Sínodo, fiz meu este desejo, considerando que ele "corresponde à verdadeira necessidade da Igreja universal e das Igrejas particulares" [5].

Como não havemos de agradecer de todo o coração ao Senhor, neste dia em que podemos oferecer a toda a Igreja, com o título de "Catecismo da Igreja Católica", este "texto de referência" para uma catequese renovada nas fontes vivas da fé!

Depois da renovação da Liturgia e da nova codificação do Direito Canônico da Igreja Latina e dos cânones das Igrejas Orientais Católicas, este Catecismo trará um contributo muito importante àquela obra de renovação da vida eclesial inteira, querida e iniciada pelo Concílio Vaticano II.

II. ITINERÁRIO E ESPÍRITO DA REDAÇÃO DO TEXTO

O "Catecismo da Igreja Católica" é fruto de uma vastíssima colaboração: foi elaborado em seis anos de intenso trabalho, conduzido num espírito de atenta abertura e com apaixonado ardor.

Em 1986, confiei a uma Comissão de doze Cardeais e Bispos, presidida pelo senhor Cardeal Joseph Ratzinger, o encargo de preparar um projeto para o Catecismo requerido pelos Padres do Sínodo. Uma Comissão de redação, composta por sete Bispos diocesanos, peritos em teologia e em catequese, coadjuvou a Comissão no seu trabalho.

A Comissão, encarregada de dar as diretrizes e de vigiar sobre o desenvolvimento dos trabalhos, seguiu atentamente todas as etapas da redação das nove sucessivas composições. A Comissão de redação, por seu lado, assumiu a responsabilidade de escrever o texto e de inserir as modificações pedidas pela Comissão e de examinar as observações de numerosos teólogos, exegetas e catequistas, e sobretudo dos Bispos do mundo inteiro, a fim de melhorar o texto. A Comissão foi sede de intercâmbios frutuosos e enriquecedores, para assegurar a unidade e a homogeneidade do texto.

O projeto tornou-se objeto de vasta consulta de todos os Bispos católicos, das suas Conferências Episcopais ou dos seus Sínodos, dos Institutos de teologia e de catequética. No seu conjunto, ele teve um acolhimento amplamente favorável da parte do Episcopado. É justo afirmar que este Catecismo é o fruto de uma colaboração de todo o Episcopado da Igreja Católica, o qual acolheu com generosidade o meu convite a assumir a própria parte de responsabilidade numa iniciativa que diz respeito, intimamente, à vida eclesial. Tal resposta suscita em mim um profundo sentimento de alegria, porque o concurso de tantas vozes exprime verdadeiramente aquela a que se pode chamar a "sinfonia" da fé. A realização deste Catecismo reflete, deste modo, a natureza colegial do Episcopado: testemunha a catolicidade da Igreja.

III. DISTRIBUIÇÃO DA MATÉRIA

Um catecismo deve apresentar, com fidelidade e de modo orgânico, o ensinamento da Sagrada Escritura, da Tradição viva na Igreja e do Magistério autêntico, bem como a herança espiritual dos Padres, dos Santos e das Santas da Igreja, para permitir conhecer melhor o mistério cristão e reavivar a fé do povo de Deus. Deve ter em conta

as explicitações da doutrina que, no decurso dos tempos, o Espírito Santo sugeriu à Igreja.

É também necessário que ajude a iluminar, com a luz da fé, as novas situações e os problemas que ainda não tinham surgido no passado.

O Catecismo incluirá, portanto, coisas novas e velhas (cf. *Mt* 13,52), porque a fé é sempre a mesma e simultaneamente é fonte de luzes sempre novas.

Para responder a esta dupla exigência, o "Catecismo da Igreja Católica" por um lado retoma a "antiga" ordem, a tradicional, já seguida pelo Catecismo de São Pio V, articulando o conteúdo em quatro partes: o Credo; a sagrada Liturgia, com os sacramentos em primeiro plano; o agir cristão, exposto a partir dos mandamentos; e por fim a oração cristã. Mas, ao mesmo tempo, o conteúdo é com frequência expresso de um modo "novo", para responder às interrogações da nossa época.

As quatro partes estão ligadas entre si: o mistério cristão é o objeto da fé (primeira parte); é celebrado e comunicado nos atos litúrgicos (segunda parte); está presente para iluminar e amparar os filhos de Deus no seu agir (terceira parte); funda a nossa oração, cuja expressão privilegiada é o "Pai-Nosso", e constitui o objeto da nossa súplica, do nosso louvor e da nossa intercessão (quarta parte).

A Liturgia é ela própria oração; a confissão da fé encontra o seu justo lugar na celebração do culto. A graça, fruto dos sacramentos, é a condição insubstituível do agir cristão, tal como a participação na liturgia da Igreja requer a fé. Se a fé não se desenvolve nas obras, essa está morta (cf. *Tg* 2,14-16) e não pode dar frutos de vida eterna.

Lendo o "Catecismo da Igreja Católica", pode-se captar a maravilhosa unidade do mistério de Deus, do seu desígnio de salvação, bem como a centralidade de Jesus Cristo, o Filho Unigênito de Deus, enviado pelo Pai, feito homem no seio da Santíssima Virgem Maria por obra do Espírito Santo, para ser o nosso Salvador. Morto e ressuscitado, ele está sempre presente na sua Igreja, particularmente nos sacramentos; ele é a fonte da fé, o modelo do agir cristão e o Mestre da nossa oração.

IV. VALOR DOUTRINAL DO TEXTO

O "Catecismo da Igreja Católica", que aprovei no passado dia 25 de junho e cuja publicação hoje ordeno em virtude da autoridade apostólica, é uma exposição da fé da Igreja e da doutrina católica, testemunhadas ou iluminadas pela Sagrada Escritura, pela Tradição apostólica e pelo Magistério da Igreja. Vejo-o como um instrumento válido e legítimo a serviço da comunhão eclesial e como uma norma segura para o ensino da fé. Sirva ele para a renovação, à qual o Espírito Santo chama incessantemente a Igreja de Deus, Corpo de Cristo, peregrina rumo à luz sem sombras do Reino!

A aprovação e a publicação do "Catecismo da Igreja Católica" constituem um serviço que o Sucessor de Pedro quer prestar à Santa Igreja Católica, a todas as Igrejas particulares em paz e em comunhão com a Sé Apostólica de Roma: o serviço de sustentar e confirmar a fé de todos os discípulos do Senhor Jesus (cf. *Lc 22,32*), como também de reforçar os laços da unidade na mesma fé apostólica.

Peço, portanto, aos Pastores da Igreja e aos fiéis que acolham este Catecismo em espírito de comunhão, e que o usem assiduamente ao cumprirem a sua missão de anunciar a fé e de apelar para a vida evangélica. Este Catecismo lhes é dado a fim de que sirva como texto de referência, seguro e autêntico, para o ensino da doutrina católica, e de modo muito particular para a elaboração dos catecismos locais. É também oferecido a todos os fiéis que desejam aprofundar o conhecimento das riquezas inexauríveis da salvação (cf. *Jo 8,32*). Pretende dar um apoio aos esforços ecumênicos animados pelo santo desejo da unidade de todos os cristãos, mostrando com exatidão o conteúdo e a harmoniosa coerência da fé católica. O "Catecismo da Igreja Católica", por fim, é oferecido a todo o homem que nos pergunte a razão da nossa esperança (cf. *I Pd 3,15*) e queira conhecer aquilo em que a Igreja Católica crê.

Este Catecismo não se destina a substituir os Catecismos locais devidamente aprovados pelas autoridades eclesiásticas, os Bispos diocesanos e as Conferências Episcopais, sobretudo se receberam a aprovação da Sé Apostólica. Destina-se a encorajar e ajudar a redação de novos catecismos locais, que tenham em conta as diversas situações e culturas, mas que conservam cuidadosamente a unidade da fé e a fidelidade à doutrina católica.

V. CONCLUSÃO

No final deste documento que apresenta o "Catecismo da Igreja Católica", peço a Santíssima Virgem Maria, Mãe do Verbo Encarnado e Mãe da Igreja, que ampare com a sua poderosa intercessão o empenho catequético da Igreja inteira a todos os níveis, nestes tempos em que ela é chamada a um novo esforço de evangelização. Possa a luz da verdadeira fé libertar a humanidade da ignorância e da escravidão do pecado, para a conduzir à única liberdade digna deste nome (cf. *Jo 8,32*): a da vida em Jesus Cristo sob a guia do Espírito Santo, na terra e no Reino dos Céus na plenitude da bem-aventurança da visão de Deus face à face (cf. *1Cor 13,12*; *2Cor 5,6-8*)!

Dado no dia 11 de outubro de 1992, trigésimo aniversário da abertura do Concílio Ecumênico Vaticano II, décimo quarto ano do meu pontificado.

JOÃO PAULO II

PRÓLOGO

«PAI, [...] é esta a vida eterna: que Te conheçam a Ti, único Deus verdadeiro, e Aquele que enviaste, Jesus Cristo» (*Jo 17, 3*). «Deus, nosso Salvador [...], quer que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade» (*1 Tm 2, 3-4*). «Não existe debaixo do céu outro nome, dado aos homens, pelo qual possamos ser salvos» (*Act 4, 12*), senão o nome de JESUS.

I. A vida do homem – conhecer e amar a Deus

1. Deus, infinitamente perfeito e bem-aventurado em Si mesmo, num desígnio de pura bondade, criou livremente o homem para o tornar participante da sua vida bem-aventurada. Por isso, sempre e em toda a parte, Ele está próximo do homem. Chama-o e ajuda-o a procurá-Lo, a conhecê-Lo e a amá-Lo com todas as suas forças. Convoca todos os homens, dispersos pelo pecado, para a unidade da sua família que é a Igreja. Para tal, enviou o seu Filho como Redentor e Salvador na plenitude dos tempos. N'Ele e por Ele, chama os homens a tornarem-se, no Espírito Santo, seus filhos adotivos e, portanto, herdeiros da sua vida bem-aventurada.

2. Para que este convite se fizesse ouvir por toda a Terra, Cristo enviou os Apóstolos que escolhera, dando-lhes o mandato de anunciar o Evangelho: «Ide, pois, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a cumprirem tudo quanto vos prescrevi. E eis que Eu estou convosco todos os dias até ao fim do mundo» (Mt 28, 19-20). Fortalecidos por esta missão, os Apóstolos «partiram a pregar por toda a parte e o Senhor cooperava com eles confirmando a Palavra com os sinais que a acompanhavam» (Mc 16, 20).

3. Aqueles que, com a ajuda de Deus, aceitaram o convite de Cristo e livremente Lhe responderam, foram por sua vez impelidos, pelo amor do mesmo Cristo, a anunciar por toda a parte a Boa-Nova. Este tesouro, recebido dos Apóstolos, foi fielmente guardado pelos seus sucessores. Todos os fiéis de Cristo são chamados a transmiti-lo de geração em geração, anunciando a fé, vivendo-a em partilha fraterna e celebrando-a na liturgia e na oração (1).

II. Transmitir a fé – a catequese

4. Bem cedo se chamou *catequese* ao conjunto de esforços empreendidos na Igreja para fazer discípulos, para ajudar os homens a acreditar que Jesus é o Filho de Deus, a fim de, pela fé, terem a vida em seu nome, e para os educar e instruir nessa vida, construindo assim o Corpo de Cristo (2).

5. «A catequese é uma *educação da fé* das crianças, dos jovens e dos adultos, que compreende especialmente o ensino da doutrina cristã, ministrado em geral dum modo orgânico e sistemático, em ordem à iniciação na plenitude da vida cristã» (3).

6. Sem se confundir com eles, a catequese articula-se com um certo número de elementos da missão pastoral da Igreja que têm um aspecto catequético, preparam para a catequese ou dela derivam: o primeiro anúncio do Evangelho ou pregação missionária, para suscitar a fé; a busca das razões de acreditar; a experiência da vida cristã; a celebração dos sacramentos; a

integração na comunidade eclesial; o testemunho apostólico e missionário (4)

7. «A catequese está intimamente ligada a toda a vida da Igreja. Dependem essencialmente dela não só a expansão geográfica e o crescimento numérico, mas também, e muito mais ainda, o crescimento interior da Igreja e a sua conformidade com o desígnio de Deus» (5).

8. Os períodos de renovação da Igreja são também tempos fortes de catequese. Assim, na grande época dos Padres da Igreja, vemos santos bispos consagrarem parte importante do seu ministério à catequese, como por exemplo São Cirilo de Jerusalém, São João Crisóstomo, Santo Ambrósio, Santo Agostinho e tantos outros Padres, cujas obras catequéticas continuam a ser modelo.

9. O ministério da catequese vai buscar energias sempre novas aos concílios. O Concílio de Trento constitui, a este respeito, um exemplo a sublinhar: nas suas constituições e decretos, deu prioridade à catequese; está na origem do Catecismo Romano que tem o seu nome e que constitui um trabalho de primeira ordem como compêndio da doutrina cristã; fez nascer na Igreja uma organização notável da catequese; e, graças a santos bispos e teólogos, como São Pedro Canísio, São Carlos Borromeo, São Toríbio de Mogrovejo e São Roberto Belarmino, levou à publicação de numerosos catecismos.

10. Não admira, pois, que, na sequência do II Concílio do Vaticano (que o Papa Paulo VI considerava como o grande catecismo dos tempos modernos), a catequese da Igreja tenha de novo chamado a atenção. O *Directório catequético geral*, de 1971; as sessões do Sínodo dos Bispos consagradas à evangelização (1974) e à catequese (1977); e as exortações apostólicas correspondentes — *Evangelii nuntiandi* (1975) e *Catechesi tradendae* (1979) — são disso bom testemunho. A assembleia extraordinária do Sínodo dos Bispos de 1985 pediu: «que seja redigido um catecismo ou compêndio de toda a doutrina católica, tanto no tocante à fé como no que respeita à moral» (6). O Santo Padre João Paulo II fez seu este voto do Sínodo dos Bispos. Reconheceu que «tal desejo corresponde inteiramente a uma verdadeira necessidade da Igreja universal e das Igrejas particulares»(7). E pôs todo o seu empenho em que se concretizasse este desejo dos Padres sinodais.

III. Finalidade e destinatários deste catecismo

11. A finalidade deste Catecismo é apresentar uma exposição orgânica e sintética dos conteúdos essenciais e fundamentais da doutrina católica, tanto sobre a fé como sobre a moral, à luz do II Concílio do Vaticano e do conjunto

da Tradição da Igreja. As suas fontes principais são a Sagrada Escritura, os santos Padres, a liturgia e o Magistério da Igreja. E destina-se a servir «como ponto de referência aos catecismos ou compêndios a publicar nos diversos países» (8).

12. Este Catecismo destina-se principalmente aos responsáveis pela catequese, que são em primeiro lugar os bispos, enquanto doutores da fé e pastores da Igreja. É-lhes oferecido como instrumento para o desempenho da sua missão de ensinar o povo de Deus. E, através dos bispos, dirige-se aos redatores de catecismos, aos sacerdotes e aos catequistas. Será também uma leitura útil para todos os outros fiéis cristãos.

IV. Estrutura deste catecismo

13. O plano deste Catecismo inspira-se na grande tradição dos catecismos que articulam a catequese em torno de quatro «pilares»: a profissão da fé baptismal (Símbolo), os sacramentos da fé, a vida da fé (Mandamentos) e a oração do crente (o Pai Nosso).

PRIMEIRA PARTE: A *PROFISSÃO DA FÉ*

14. Aqueles que, pela fé e pelo Baptismo, pertencem a Cristo, devem confessar a sua fé baptismal diante dos homens (9). Por isso, o Catecismo começa por expor em que consiste a Revelação, pela qual Deus Se dirige e Se dá ao homem, e a fé pela qual o homem responde a Deus (*Primeira Secção*). O Símbolo da fé resume os dons que Deus faz ao homem, como Autor de todo o bem, Redentor e Santificador, e articula-os em volta dos «três capítulos» do nosso Baptismo – a fé num só Deus: o Pai Todo-poderoso, Criador; e o seu Filho Jesus Cristo, nosso Senhor e Salvador: e o Espírito Santo, na Santa Igreja (*Segunda Secção*).

SEGUNDA PARTE: *OS SACRAMENTOS DA FÉ*

15. A segunda parte do Catecismo expõe como a salvação de Deus, realizada uma vez por todas por Jesus Cristo e pelo Espírito Santo, se toma presente nas ações sagradas da liturgia da Igreja (*Primeira Secção*), e em especial nos sete sacramentos (*Segunda Secção*).

TERCEIRA PARTE: A *VIDA DA FÉ*

16. A terceira parte do Catecismo apresenta o fim último do homem, criado à imagem de Deus – a bem-aventurança e os caminhos para a ela chegar: um comportamento reto e livre, com a ajuda da lei de Deus e da sua graça (*Primeira Secção*); um comportamento que realize o

duplo mandamento da caridade, explicitado nos dez Mandamentos de Deus (*Segunda Secção*).

QUARTA PARTE: A **ORAÇÃO NA VIDA DA FÉ**

17. A última parte do Catecismo trata do sentido e da importância da oração na vida dos crentes (*Primeira Secção*), terminando com um breve comentário aos sete pedidos da Oração do Senhor (*Segunda Secção*). De facto, nesses sete pedidos encontramos a suma dos bens que devemos esperar e que o nosso Pai dos Céus nos quer dar.

V. Indicações práticas para o uso deste catecismo

18. Este Catecismo foi concebido como uma *exposição orgânica* de toda a fé católica. Deve, portanto, ser lido como um todo. Numerosas notas remissivas à margem do texto (números impressos em tipos menores remetendo para outros parágrafos que tratam do mesmo assunto) e o índice analítico no fim do volume, permitem encarar cada tema na sua ligação com o conjunto da fé.

19. Muitas vezes, os textos da Sagrada Escritura não são citados literalmente, mas com a simples indicação da referência (por meio dum *cf.*) feita em nota. Para uma inteligência aprofundada desses passos, convém recorrer aos próprios textos. Tais referências bíblicas são um instrumento de trabalho para a catequese.

20. Quando, em certas passagens, se emprega a *letra miúda*, isso quer dizer que se trata de anotações de tipo histórico ou apologético, ou de exposições doutrinárias complementares.

21. As *citações*, em letra miúda, de fontes patrísticas, litúrgicas, do Magistério ou da hagiografia, destinam-se a enriquecer a exposição doutrinal. Frequentemente, esses textos foram escolhidos a pensar num emprego diretamente catequético.

22. *No fim de cada unidade temática, uma série de textos breves resume, em fórmulas escolhidas, o essencial do ensinamento. Estes «RESUMINDO» têm por fim dar à catequese local sugestões de fórmulas sintéticas e fáceis de decorar.*

VI. Adaptações necessárias

23. A tónica deste Catecismo incide sobre a exposição doutrinal. Com efeito, a sua intenção é ajudar a aprofundar o conhecimento da fé. Todo ele se

orienta no sentido do amadurecimento da mesma fé, do seu enraizamento na vida e da sua irradiação no testemunho (10).

24. Pela sua própria finalidade, este Catecismo não se propõe realizar as adaptações da exposição e dos métodos catequéticos, exigidas pelas diferenças de culturas, idades, maturidade espiritual, situações sociais e eclesiais daqueles a quem a catequese se dirige. Essas indispensáveis adaptações pertencem aos catecismos apropriados e, sobretudo, àqueles que ministram o ensino aos fiéis:

«Aquele que ensina deve "fazer-se tudo para todos" (*1 Cor 9, 22*) para a todos atrair a Jesus Cristo. [...] Sobretudo, não julgue que lhe está confiada apenas uma categoria de almas e que, portanto, lhe incumbe o trabalho de ensinar e formar de modo idêntico, na verdadeira piedade, todos os fiéis, usando sempre um só e mesmo método! Atendendo a que, em Cristo Jesus, uns são como crianças recém-nascidas, outros como adolescentes e outro, finalmente, já são efetivamente adultos, é necessário que pondere com toda a diligência quais são os que precisam de leite e quais os que carecem de um alimento mais sólido. [...] Isto mesmo testemunhava de si próprio o Apóstolo. [...] Os que são chamados ao ministério da pregação devem, ao transmitir o ensino dos mistérios da fé e das normas dos costumes, adaptar as suas palavras à mentalidade e à inteligência dos seus ouvintes» (11).

ACIMA DE TUDO — A CARIDADE

25. A concluir esta apresentação, é oportuno Lembrar este princípio pastoral enunciado pelo *Catecismo Romano*:

Este é sem dúvida o caminho melhor, que o mesmo apóstolo seguia quando fundamentava a sua doutrina e ensino na caridade que não acaba nunca. A finalidade da doutrina e do ensino deve fixar-se toda no amor, que não acaba. Podemos expor muito bem o que se deve crer, esperar ou fazer; mas, sobretudo, devemos pôr sempre em evidência o amor de nosso Senhor, de modo que cada qual compreenda que qualquer ato de virtude perfeitamente cristão, não tem outra origem nem outro fim senão o amor (12).

PRIMEIRA PARTE

A PROFISSÃO DA FÉ

PRIMEIRA SECÇÃO

«EU CREIO» – «NÓS CREMOS»

26. Quando professamos a nossa fé, começamos por dizer: «Creio», ou «Cremos». Portanto, antes de expor a fé da Igreja, tal como é confessada no Credo, celebrada na liturgia, vivida na prática dos mandamentos e na oração, perguntemos a nós mesmos o que significa «crer». A fé é a resposta do homem a Deus, que a ele Se revela e Se oferece, resposta que, ao mesmo tempo, traz uma luz superabundante ao homem que busca o sentido último da sua vida. Começamos, pois, por considerar esta busca do homem (*capítulo primeiro*): depois, a Revelação divina pela qual Deus vem ao encontro do homem (*capítulo segundo*); finalmente, a resposta da fé (*capítulo terceiro*).

CAPÍTULO PRIMEIRO

O HOMEM É «CAPAZ» DE DEUS

I. O desejo de Deus

27. O desejo de Deus é um sentimento inscrito no coração do homem, porque o homem foi criado por Deus e para Deus. Deus não cessa de atrair o homem para Si e só em Deus é que o homem encontra a verdade e a felicidade que procura sem descanso:

«A razão mais sublime da dignidade humana consiste na sua vocação à comunhão com Deus. Desde o começo da sua existência, o homem é convidado a dialogar com Deus: pois se existe, é só porque, criado por Deus por amor, é por Ele, e por amor, constantemente conservado: nem pode viver plenamente segundo a verdade, se não reconhecer livremente esse amor e não se entregar ao seu Criador»(1).

28. De muitos modos, na sua história e até hoje, os homens exprimiram a sua busca de Deus em crenças e comportamentos religiosos (orações, sacrifícios, cultos, meditações, etc.). Apesar das ambiguidades de que podem enfermar, estas formas de expressão são tão universais que bem podemos chamar ao homem *um ser religioso*:

Deus «criou de um só homem todo o género humano, para habitar sobre a superfície da terra, e fixou períodos determinados e os limites da sua habitação, para que os homens procurassem a Deus e se esforçassem

realmente por O atingir e encontrar. Na verdade, Ele não está longe de cada um de nós. É n'Ele que vivemos, nos movemos e existimos» (*Act* 17, 26-28).

29. Mas esta «relação íntima e vital que une o homem a Deus»(2) pode ser esquecida, desconhecida e até explicitamente rejeitada pelo homem. Tais atitudes podem ter origens diversas (3) a revolta contra o mal existente no mundo, a ignorância ou a indiferença religiosas, as preocupações do mundo e das riquezas (4), o mau exemplo dos crentes, as correntes de pensamento hostis à religião e, finalmente, a atitude do homem pecador que, por medo, se esconde de Deus(5) e foge quando Ele o chama (6).

30. «Exulte o coração dos que procuram o Senhor» (*Sl* 105, 3). Se o homem pode esquecer ou rejeitar Deus, Deus é que nunca deixa de chamar todo o homem a que O procure, para que encontre a vida e a felicidade. Mas esta busca exige do homem todo o esforço da sua inteligência, a retidão da sua vontade, «um coração to», e também o testemunho de outros que o ensinam a procurar Deus.

És grande, Senhor, e altamente louvável; grande é o teu poder e a tua sabedoria é sem medida. E o homem, pequena parcela da tua criação, pretende louvar-Te – precisamente ele que, revestido da sua condição mortal, traz em si o testemunho do seu pecado, o testemunho de que Tu resistes aos soberbos. Apesar de tudo, o homem, pequena parcela da tua criação, quer louvar-Te. Tu próprio a isso o incitas, fazendo com que ele encontre as suas delícias no teu louvor, porque nos fizeste para Ti e o nosso coração não descansa enquanto não repousar em Ti (7).

II. Os caminhos de acesso ao conhecimento de Deus

31. Criado à imagem de Deus, chamado a conhecer e a amar a Deus, o homem que procura Deus descobre certos «caminhos» de acesso ao conhecimento de Deus. Também se lhes chama «provas da existência de Deus» – não no sentido das provas que as ciências naturais indagam mas no de «argumentos convergentes e convincentes» que permitem chegar a verdadeiras certezas.

Estes «caminhos» para atingir Deus têm como ponto de partida criação: o mundo material e a pessoa humana.

32. O *mundo*: A partir do movimento e do devir, da contingência, da ordem e da beleza do mundo, pode chegar-se ao conhecimento de Deus: como origem e fim do universo.

São Paulo afirma a respeito dos pagãos: «O que se pode conhecer de Deus manifesto para eles, porque Deus se manifestou. Desde a criação do mundo, a perfeições invisíveis de Deus, o seu poder eterno e a sua divindade tornam-se pelas suas obras, visíveis à inteligência» (*Rm* 1, 19-20) (8).

E Santo Agostinho: «Interroga a beleza da terra, interroga a beleza do mar interroga a beleza do ar que se dilata e difunde, interroga a beleza do céu [...] interroga todas estas realidades. Todas te respondem: Estás a ver como sono belas. A beleza delas é o seu testemunho de louvor [*«confessio»*]. Essas belezas sujeitas à mudança, quem as fez senão o Belo [*«Ptdcher»*], que não está sujeito à mudança?» (9).

33. O *homem*: Com a sua abertura à verdade e à beleza, com o seu sentido do bem moral, com a sua liberdade e a voz da sua consciência, com a sua ânsia de infinito e de felicidade, o homem interroga-se sobre a existência de Deus. Nestas aberturas, ele detecta sinais da sua alma espiritual. «Gérmem de eternidade que traz em si mesmo, irreduzível à simples matéria» (10), a sua alma só em Deus pode ter origem.

34. O mundo e o homem atestam que não têm em si mesmos, nem o seu primeiro princípio, nem o seu fim último, mas que participam do Ser-em-si, sem princípio nem fim. Assim, por estes diversos «caminhos», o homem pode ter acesso ao conhecimento da existência dum realidade que é a causa primeira e o fim último de tudo, «e a que todos chamam Deus» (11).

35. As faculdades do homem tornam-no capaz de conhecer a existência de um Deus pessoal. Mas, para que o homem possa entrar na sua intimidade, Deus quis revelar-Se ao homem e dar-lhe a graça de poder receber com fé esta revelação. Todavia, as provas da existência de Deus podem dispor para a fé e ajudar a perceber que a fé não se opõe à razão humana.

III. O conhecimento de Deus segundo a Igreja

36. «A Santa Igreja, nossa Mãe, atesta e ensina que Deus, princípio e fim de todas as coisas, pode ser conhecido, com certeza, pela luz natural da razão humana, a partir das coisas criadas» (12). Sem esta capacidade, o homem não poderia acolher a revelação de Deus. O homem tem esta capacidade porque foi criado «à imagem de Deus» (*Gn* 1, 27).

37. Nas condições históricas em que se encontra, o homem experimenta, no entanto, muitas dificuldades para chegar ao conhecimento de Deus só com as luzes da razão:

«Com efeito, para falar com simplicidade, apesar de a razão humana poder verdadeiramente, pelas suas forças e luz naturais, chegar a um conhecimento verdadeiro e certo de um Deus pessoal, que protege e governa o mundo pela sua providência, bem como de uma lei natural inscrita pelo Criador nas nossas almas, há, contudo, bastantes obstáculos que impedem esta mesma razão de usar eficazmente e com fruto o seu poder natural, porque as verdades que dizem respeito a Deus e aos homens ultrapassam absolutamente a ordem das coisas sensíveis; e quando devem traduzir-se em atos e informar a vida, exigem que nos dêmos e renunciemos a nós próprios. O espírito humano, para adquirir semelhantes verdades, sofre dificuldade da parte dos sentidos e da imaginação, bem como dos maus desejos nascidos do pecado original. Daí deriva que, em tais matérias, os homens se persuadem facilmente da falsidade ou, pelo menos, da incerteza das coisas que não desejariam fossem verdadeiras» (13).

38. É por isso que o homem tem necessidade de ser esclarecido pela Revelação de Deus, não somente no que diz respeito ao que excede o seu entendimento, mas também sobre «as verdades religiosas e morais que, de si, não são inacessíveis à razão, para que possam ser, no estado atual do género humano, conhecidas por todos sem dificuldade, com uma certeza firme e sem mistura de erro» (14).

IV. Como falar de Deus?

39. Ao defender a capacidade da razão humana para conhecer Deus, a Igreja exprime a sua confiança na possibilidade de falar de Deus a todos os homens e com todos os homens. Esta convicção está na base do seu diálogo com as outras religiões, com a filosofia e as ciências, e também com os descrentes e os ateus.

40. Mas dado que o nosso conhecimento de Deus é limitado, a nossa linguagem, ao falar de Deus, também o é. Não podemos falar de Deus senão a partir das criaturas e segundo o nosso modo humano limitado de conhecer e de pensar.

41. Todas as criaturas são portadoras duma certa semelhança de Deus, muito especialmente o homem, criado à imagem e semelhança de Deus. As múltiplas perfeições das criaturas (a sua verdade, a sua bondade, a sua beleza) refletem, pois, a perfeição infinita de Deus. Daí que possamos falar de Deus a partir das perfeições das suas criaturas: «porque a grandeza e a beleza das criaturas conduzem, por analogia, à contemplação do seu Autor» (*Sb* 13, 5).

42. Deus transcende toda a criatura. Devemos, portanto, purificar incessantemente a nossa linguagem no que ela tem de limitado, de ilusório, de imperfeito, para não confundir o Deus «inefável, incompreensível, invisível, impalpável» (15) com as nossas representações humanas. As nossas palavras humanas ficam sempre aquém do mistério de Deus.

43. Ao falar assim de Deus, a nossa linguagem exprime-se, evidentemente, de modo humano. Mas atinge realmente o próprio Deus, sem todavia poder exprimi-Lo na sua infinita simplicidade. Devemos lembrar-nos de que, «entre o Criador e a criatura, não é possível notar uma semelhança sem que a dissemelhança seja ainda maior» (16), e de que «não nos é possível apreender de Deus o que Ele é, senão apenas o que Ele não é, e como se situam os outros seres em relação a Ele»(17).

Resumindo:

44. *O homem é, por natureza e vocação, um ser religioso. Vindo de Deus e caminhando para Deus, o homem não vive uma vida plenamente humana senão na medida em que livremente viver a sua relação com Deus.*

45. *O homem foi feito para viver em comunhão com Deus, em quem encontra a sua felicidade: «Quando eu estiver todo em Ti, não mais haverá tristeza nem angústia; inteiramente repleta de Ti, a minha vida será vida plena»(18).*

46. *Quando escuta a mensagem das criaturas e a voz da sua consciência, o homem pode alcançar a certeza da existência de Deus, causa e fim de tudo.*

47. *A Igreja ensina que o Deus único e verdadeiro, nosso Criador e Senhor; pode ser conhecido com certeza pelas suas obras, graças à luz natural da razão humana (19).*

48. *Nós podemos realmente falar de Deus partindo das múltiplas perfeições das criaturas, semelhanças de Deus infinitamente perfeito, ainda que a nossa linguagem limitada não consiga esgotar o mistério.*

49. *«A criatura sem o Criador esvai-se» (20). Por isso, os crentes sentem-se pressionados pelo amor de Cristo a levar a luz do Deus vivo aos que O ignoram ou rejeitam*

PRIMEIRA PARTE

A PROFISSÃO DA FÉ

PRIMEIRA SECÇÃO

«EU CREIO» – «NÓS CREMOS»

CAPÍTULO SEGUNDO

DEUS AO ENCONTRO DO HOMEM

50. Pela razão natural, o homem pode conhecer Deus com certeza, a partir das suas obras. Mas existe outra ordem de conhecimento, que o homem de modo nenhum pode atingir por suas próprias forças: a da Revelação divina (1). Por uma vontade absolutamente livre, Deus revela-Se e dá-Se ao homem. E fá-lo revelando o seu mistério, o desígnio benevolente que, desde toda a eternidade, estabeleceu em Cristo, em favor de todos os homens. Revela plenamente o seu desígnio, enviando o seu Filho bem-amado, nosso Senhor Jesus Cristo, e o Espírito Santo.

[ARTIGO 1](#)

A REVELAÇÃO DE DEUS

I. Deus revela o seu «desígnio benevolente»

51. «Aproouve a Deus, na sua sabedoria e bondade, revelar-Se a Si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade, segundo o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso ao Pai no Espírito Santo e se tomam participantes da natureza divina»(2).

52. Deus, que «habita numa luz inacessível» (*1 Tm 6, 16*), quer comunicar a sua própria vida divina aos homens que livremente criou, para fazer deles, no seu Filho único, filhos adoptivos (3). Revelando-Se a Si mesmo, Deus quer tornar os homens capazes de Lhe responderem, de O conhecerem e de O amarem, muito para além de tudo o que seriam capazes por si próprios.

53. O desígnio divino da Revelação realiza-se, ao mesmo tempo, «por meio de ações e palavras, intrinsecamente relacionadas entre si» (4) e esclarecendo-se mutuamente. Comporta uma particular «pedagogia divina»: Deus comunica-Se gradualmente ao homem e prepara-o, por etapas, para receber a Revelação sobrenatural que faz de Si próprio e que vai culminar na Pessoa e missão do Verbo encarnado, Jesus Cristo.

Santo Ireneu de Lião fala várias vezes desta pedagogia divina, sob a imagem da familiaridade mútua entre Deus e o homem: «O Verbo de Deus [...] habitou no homem e fez-Se Filho do Homem, para acostumar o homem a apreender Deus e Deus a habitar no homem, segundo o beneplácito do Pai» (5).

II. As etapas da Revelação

DESDE A ORIGEM, DEUS DÁ-SE A CONHECER

54. «Deus, criando e conservando todas as coisas pelo Verbo, oferece aos homens um testemunho perene de Si mesmo nas coisas criadas, e, além disso, decidindo abrir o caminho da salvação sobrenatural, manifestou-se a Si mesmo, desde o princípio, aos nossos primeiros pais» (6). Convidou-os a uma comunhão íntima consigo, revestindo-os de uma graça e justiça resplandecentes.

55. Esta Revelação não foi interrompida pelo pecado dos nossos primeiros pais. Com efeito, Deus, «depois da sua queda, com a promessa de redenção, deu-lhes a esperança da salvação, e cuidou continuamente do género humano, para dar a vida eterna a todos aqueles que, perseverando na prática das boas obras, procuram a salvação»(7).

«E quando, por desobediência, perdeu a vossa amizade, não o abandonastes ao poder da morte [...] Repetidas vezes fizestes aliança com os homens (8)».

A ALIANÇA COM NOÉ

56. Desfeita a unidade do género humano pelo pecado, Deus procurou imediatamente, salvar a humanidade intervindo com cada uma das suas partes. A aliança com Noé, a seguir ao dilúvio (9), exprime o princípio da economia divina em relação às «nações», quer dizer, em relação aos homens reagrupados «por países e línguas, por famílias e nações» (*Gn* 10, 5) (10).

57. Esta ordem, ao mesmo tempo cósmica, social e religiosa da pluralidade das nações (11), destinava-se a limitar o orgulho duma humanidade decaída, que, unânime na sua perversidade (12), pretendia refazer por si mesma a própria unidade, à maneira de Babel (13). Mas, por causa do pecado (14), quer o politeísmo quer a idolatria da nação e do seu chefe são uma contínua ameaça de perversão pagã a esta economia provisória.

58. A aliança com Noé permanece em vigor enquanto durar o tempo das nações (15), até à proclamação universal do Evangelho. A Bíblia venera algumas grandes figuras das «nações», como «o justo Abel», o rei e sacerdote Melquisedec (16), figura de Cristo (17), ou os justos «Noé, Danel e Job» (*Ez* 14, 14). Deste modo, a Escritura exprime o alto grau de santidade que podem atingir os que vivem segundo a aliança de Noé, na expectativa de que Cristo «reúna, na unidade, todos os filhos de Deus dispersos» (*Jo* 11, 52).

DEUS ELEGE ABRAÃO

59. Para reunir a humanidade dispersa, Deus escolhe Abrão, chamando-o para «deixar a sua terra, a sua família e a casa de seu pai» (*Gn* 12, 1), para o fazer Abraão, quer dizer, «pai de um grande número de nações» (*Gn* 17, 5): «Em ti serão abençoadas todas as nações da Terra» (*Gn* 12, 3) (18).

60. O povo descendente de Abraão será o depositário da promessa feita aos patriarcas, o povo eleito (19), chamado a preparar a reunião, um dia, de todos os filhos de Deus na unidade da Igreja (20). Será o tronco em que serão enxertados os pagãos tornados crentes (21).

61. Os patriarcas, os profetas e outras personagens do Antigo Testamento foram, e serão sempre, venerados como santos em todas as tradições litúrgicas da Igreja.

DEUS FORMA O SEU POVO ISRAEL

62. Depois dos patriarcas, Deus formou Israel como seu povo, salvando-o da escravidão do Egito. Concluiu com ele a aliança do Sinai e deu-lhe, por Moisés, a sua Lei, para que Israel O reconhecesse e O servisse como único Deus vivo e verdadeiro, Pai providente e justo Juiz, e vivesse na expectativa do Salvador prometido (22).

63. Israel é o povo sacerdotal de Deus (23), sobre o qual «foi invocado o Nome do Senhor» (*Dt 28, 10*). É o povo daqueles «a quem Deus falou em primeiro lugar»(24), o povo dos «irmãos mais velhos» na fé de Abraão (25).

64. Pelos profetas, Deus forma o seu povo na esperança da salvação, na expectativa duma aliança nova e eterna, destinada a todos os homens (26), e que será gravada nos corações (27). Os profetas anunciam uma redenção radical do povo de Deus, a purificação de todas as suas infidelidades (28), uma salvação que abrangerá todas as nações (29). Serão sobretudo os pobres e os humildes do Senhor (30) os portadores desta esperança. As mulheres santas como Sara, Rebeca, Raquel, Míriam, Débora, Ana, Judite e Ester conservaram viva a esperança da salvação de Israel. Maria é a imagem puríssima desta esperança (31).

III. Jesus Cristo – «Mediador e plenitude de toda a Revelação» (32)

NO SEU VERBO, DEUS DISSE TUDO

65. «Muitas vezes e de muitos modos falou Deus antigamente aos nossos pais, pelos Profetas. Nestes dias, que são os últimos, falou-nos pelo seu Filho» (*Heb 1, 1-2*). Cristo, Filho de Deus feito homem, é a Palavra única, perfeita e insuperável do Pai.

N'Ele, o Pai disse tudo. Não haverá outra palavra além dessa. São João da Cruz, após tantos outros, exprime-o de modo luminoso, ao comentar *Heb 1, 1-2*:

«Ao dar-nos, como nos deu, o seu Filho, que é a sua Palavra – e não tem outra – (Deus) disse-nos tudo ao mesmo tempo e de uma só vez nesta Palavra única e já nada mais tem para dizer. [...] Porque o que antes disse parcialmente pelos profetas, revelou-o totalmente, dando-nos o Todo que é o seu Filho. E por isso, quem agora quisesse consultar a Deus ou pedir-Lhe alguma visão ou revelação, não só cometeria um disparate, mas faria agravo a Deus, por não pôr os olhos totalmente em Cristo e buscar fora d'Ele outra realidade ou novidade» (33).

JÁ NÃO HAVERÁ OUTRA REVELAÇÃO

66. «Portanto, a economia cristã, como nova e definitiva aliança, jamais passará, e já não se há-de esperar nenhuma nova revelação pública antes da gloriosa manifestação de nosso Senhor Jesus Cristo»(34). No entanto, apesar de a Revelação já estar completa, ainda não está plenamente explicitada. E está reservado à fé cristã apreender gradualmente todo o seu alcance, no decorrer dos séculos.

67. No decurso dos séculos tem havido revelações ditas «privadas», algumas das quais foram reconhecidas pela autoridade da Igreja. Todavia, não pertencem ao depósito da fé. O seu papel não é «aperfeiçoar» ou «completar» a Revelação definitiva de Cristo, mas ajudar a vivê-la mais plenamente, numa determinada época da história. Guiado pelo Magistério da Igreja, o sentir dos fiéis sabe discernir e guardar o que nestas revelações constitui um apelo autêntico de Cristo ou dos seus santos à Igreja.

A fé cristã não pode aceitar «revelações» que pretendam ultrapassar ou corrigir a Revelação de que Cristo é a plenitude. É o caso de certas religiões não-cristãs, e também de certas seitas recentes. fundadas sobre tais «revelações».

Resumindo:

68. *Por amor, Deus revelou-Se e deu-Se ao homem. Dá assim uma resposta definitiva e superabundante às questões que o homem se põe a si próprio sobre o sentido e o fim da sua vida.*

69. *Deus revelou-Se ao homem, comunicando-lhe gradualmente o seu próprio mistério, por ações e por palavras.*

70. *Além do testemunho que dá de Si mesmo através das coisas criadas, Deus manifestou-Se a Si próprio aos nossos primeiros pais. Falou-lhes e, depois da queda, prometeu-lhes a salvação (35) e ofereceu-lhes a sua aliança.*

71. *Deus concluiu com Noé uma aliança eterna entre Si e todos os seres vivos (36). Essa aliança durará enquanto durar o mundo.*

72. *Deus escolheu Abraão e concluiu uma aliança com ele e os seus descendentes. Fez deles o seu povo, ao qual revelou a sua Lei por meio de Moisés. E preparou-o, pelos profetas, a acolher a salvação destinada a toda a humanidade.*

73. Deus revelou-Se plenamente enviando o seu próprio Filho, no qual estabeleceu a sua aliança para sempre. O Filho é a Palavra definitiva do Pai, de modo que, depois d'Ele, não haverá outra Revelação.

ARTIGO 2

A TRANSMISSÃO DA REVELAÇÃO DIVINA

74. Deus «quer que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade» (1 Tm 2, 4), quer dizer, de Cristo Jesus (37). Por isso, é preciso que Cristo seja anunciado a todos os povos e a todos os homens, e que, assim a Revelação chegue aos confins do mundo:

Deus dispôs amorosamente que permanecesse íntegro e fosse transmitido a todas as gerações tudo quanto tinha revelado para salvação de todos os povos (38).

I. A Tradição apostólica

75. «Cristo Senhor, em quem toda a revelação do Deus altíssimo se consuma, tendo cumprido e promulgado pessoalmente o Evangelho antes prometido pelos profetas, mandou aos Apóstolos que o pregassem a todos, como fonte de toda a verdade salutar e de toda a disciplina de costumes, comunicando-lhes assim os dons divinos» (39).

A PREGAÇÃO APOSTÓLICA ...

76. A transmissão do Evangelho, segundo a ordem do Senhor, fez-se de duas maneiras:

– *oralmente*, «pelos Apóstolos, que, na sua pregação oral, exemplos e instituições, transmitiram aquilo que tinham recebido dos lábios, trato e obras de Cristo, e o que tinham aprendido por inspiração do Espírito Santo»;

– *por escrito*, «por aqueles apóstolos e varões apostólicos que, sob a inspiração do mesmo Espírito Santo, escreveram a mensagem da salvação» (40).

... CONTINUADA NA SUCESSÃO APOSTÓLICA

77. «Para que o Evangelho fosse perenemente conservado íntegro e vivo na Igreja, os Apóstolos deixaram os bispos como seus sucessores, "entregando-lhes o seu próprio ofício de magistério"» (41). Com efeito, «a pregação apostólica, que se exprime de modo especial nos livros inspirados, devia

conservar-se, por uma sucessão ininterrupta, até à consumação dos tempos» (42).

78. Esta transmissão viva, realizada no Espírito Santo, denomina-se Tradição, enquanto distinta da Sagrada Escritura, embora estreitamente a ela ligada. Pela Tradição, «a Igreja, na sua doutrina, vida e culto, perpetua e transmite a todas as gerações tudo aquilo que ela é e tudo em que acredita» (43). «Afirmções dos santos Padres testemunham a presença vivificadora desta Tradição, cujas riquezas entram na prática e na vida da Igreja crente e orante» (44).

79. Assim, a comunicação que o Pai fez de Si próprio, pelo seu Verbo, no Espírito Santo, continua presente e ativa na Igreja: «Deus, que outrora falou, dialoga sem interrupção com a esposa do seu amado Filho; e o Espírito Santo – por quem ressoa a voz do Evangelho na Igreja, e, pela Igreja, no mundo – introduz os crentes na verdade plena e faz com que a palavra de Cristo neles habite em toda a sua riqueza» (45).

II. A relação entre a Tradição e a Sagrada Escritura

UMA FONTE COMUM...

80. «A Tradição sagrada e a Sagrada Escritura estão intimamente unidas e compenetradas entre si. Com efeito, derivando ambas da mesma fonte divina, fazem como que uma coisa só e tendem ao mesmo fim» (46). Uma e outra tornam presente e fecundo na Igreja o mistério de Cristo, que prometeu estar com os seus, «sempre, até ao fim do mundo» (*Mt* 28, 20).

... DUAS FORMAS DE TRANSMISSÃO DISTINTAS

81. «A *Sagrada Escritura* é a Palavra de Deus enquanto foi escrita por inspiração do Espírito divino».

«A *sagrada Tradição*, por sua vez, conserva a Palavra de Deus, confiada por Cristo Senhor e pelo Espírito Santo aos Apóstolos, e transmite-a integralmente aos seus sucessores, para que eles, com a luz do Espírito da verdade, fielmente a conservem, exponham e difundam na sua pregação» (47).

82. Daí resulta que a Igreja, a quem está confiada a transmissão e interpretação da Revelação, «não tira só da Sagrada Escritura a sua certeza a respeito de todas as coisas reveladas. Por isso, ambas devem ser recebidas e veneradas com igual espírito de piedade e reverência» (48).

TRADIÇÃO APOSTÓLICA E TRADIÇÕES ECLESIAIS

83. A Tradição de que falamos aqui é a que vem dos Apóstolos. Ela transmite o que estes receberam do ensino e do exemplo de Jesus e aprenderam pelo Espírito Santo. De facto, a primeira geração de cristãos não tinha ainda um Novo Testamento escrito, e o próprio Novo Testamento testemunha o processo da Tradição viva.

É preciso distinguir, desta Tradição, as «tradições» teológicas, disciplinares, litúrgicas ou devocionais, nascidas no decorrer do tempo nas Igrejas locais. Elas constituem formas particulares, sob as quais a grande Tradição recebe expressões adaptadas aos diversos lugares e às diferentes épocas. É à sua luz que estas podem ser mantidas, modificadas e até abandonadas, sob a direção do Magistério da Igreja.

III. A interpretação da herança da fé

A HERANÇA DA FÉ CONFIADA À TOTALIDADE DA IGREJA

84. *O depósito da fé* (49) («*depositum fidei*»), contido na Tradição sagrada e na Sagrada Escritura, foi confiado pelos Apóstolos ao conjunto da Igreja. «Apoiando-se nele, todo o povo santo persevera unido aos seus pastores na doutrina dos Apóstolos e na comunhão, na fracção do pão e na oração, de tal modo que, na conservação, atuação e profissão da fé transmitida, haja uma especial concordância dos pastores e dos fiéis» (50).

O MAGISTÉRIO DA IGREJA

85. «O encargo de interpretar autenticamente a Palavra de Deus, escrita ou contida na Tradição, foi confiado só ao Magistério vivo da Igreja, cuja autoridade é exercida em nome de Jesus Cristo (51), isto é, aos bispos em comunhão com o sucessor de Pedro, o bispo de Roma.

86. «Todavia, este Magistério não está acima da Palavra de Deus, mas sim ao seu serviço, ensinando apenas o que foi transmitido, enquanto, por mandato divino e com a assistência do Espírito Santo, a ouve piamente, a guarda religiosamente e a expõe fielmente, haurindo deste depósito único da fé tudo quanto propõe à fé como divinamente revelado» (52).

87. Os fiéis, lembrando-se da palavra de Cristo aos Apóstolos: «Quem vos escuta escuta-me a Mim» (*Lc* 10, 16) (53), recebem com docilidade os ensinamentos e as diretrizes que os seus pastores lhes dão, sob diferentes formas.

OS DOGMAS DA FÉ

88. O Magistério da Igreja faz pleno uso da autoridade que recebeu de Cristo quando define dogmas, isto é, quando propõe, dum modo que obriga o povo cristão a uma adesão irrevogável de fé, verdades contidas na Revelação divina ou quando propõe, de modo definitivo, verdades que tenham com elas um nexu necessário.

89. Existe uma ligação orgânica entre a nossa vida espiritual e os dogmas. Os dogmas são luzes no caminho da nossa fé: iluminam-no e tornam-no seguro. Por outro lado, se a nossa vida for reta, a nossa inteligência e nosso coração estarão abertos para acolher a luz dos dogmas da fé (54).

90. A interligação e a coerência dos dogmas podem encontrar-se no conjunto da revelação do mistério de Cristo (55). Convém lembrar que «existe uma ordem ou "hierarquia" das verdades da doutrina católica, já que o nexu delas com o fundamento da fé cristã é diferente» (56).

O SENTIDO SOBRENATURAL DA FÉ

91. Todos os fiéis participam na compreensão e na transmissão da verdade revelada. Todos receberam a unção do Espírito Santo que os instrui (57) e os conduz «à verdade total» (Jo 16, 13).

92. «A totalidade dos fiéis [...] não pode enganar-se na fé e manifesta esta sua propriedade peculiar por meio do sentir sobrenatural da fé do povo todo, quando, "desde os bispos até ao último dos fiéis leigos", exprime consenso universal em matéria de fé e costumes» (58).

93. «Com este sentido da fé, que se desperta e sustenta pela ação do Espírito de verdade, o povo de Deus, sob a direção do sagrado Magistério [...] adere indefectivamente à fé, uma vez por todas confiada aos santos; penetra-a mais profundamente com juízo acertado e aplica-a mais totalmente na vida» (59).

O CRESCIMENTO NA INTELIGÊNCIA DA FÉ

94. Graças à assistência do Espírito Santo, a inteligência das realidades e das palavras do depósito da fé pode crescer na vida da Igreja:

– «Pela contemplação e pelo estudo dos crentes, que as meditam no seu coração» (60); e particularmente pela «investigação teológica, que aprofunda o conhecimento da verdade revelada» (61).

– «Pela inteligência interior das coisas espirituais que os crentes experimentam» (62); «Divina eloquia cum legente crescunt» – «As palavras divinas crescem com quem as lê» (63).

– «Pela pregação daqueles que receberam, com a sucessão episcopal, um carisma certo da verdade» (64).

95. «É claro, portanto, que a sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja, segundo um sapientíssimo desígnio de Deus, estão de tal maneira ligados e conjuntos, que nenhum pode subsistir sem os outros e, todos juntos, cada um a seu modo, sob a ação do mesmo Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas» (65).

Resumindo:

96. *O que Cristo confiou aos Apóstolos, estes o transmitiram, pela sua pregação e por escrito, sob a inspiração do Espírito Santo, a todas as gerações, até à vinda gloriosa de Cristo.*

97. *«A sagrada Tradição e a Sagrada Escritura constituem um único depósito sagrado da Palavra de Deus» (66), no qual, como num espelho, a Igreja peregrina contempla Deus, fonte de todas as suas riquezas.*

98. *«Na sua doutrina, vida e culto, a Igreja perpetua e transmite a todas as gerações tudo aquilo que ela é, tudo aquilo em que acredita» (67).*

99. *Graças ao sentido sobrenatural da fé, o povo de Deus, no seu todo, não cessa de acolher o dom da Revelação divina, de nele penetrar mais profundamente e de viver dele mais plenamente.*

100. *O encargo de interpretar autenticamente a Palavra de Deus foi confiado unicamente ao Magistério da Igreja, ao Papa e aos bispos em comunhão com ele*